

O Pré-Vestibular Comunitário como espaço de subjetivação e implicação política

Aluno: André Werneck Barrouin
Orientador: Solange Jobim e Souza

Introdução

O trabalho atual representa a continuidade do projeto de pesquisa iniciado em 2008, com o objetivo de investigar as relações que jovens estudantes de diferentes cursos pré-vestibulares comunitários do Rio de Janeiro estabelecem com as perspectivas para o ingresso no ensino superior. Neste processo, inclui-se um questionamento sobre a forma com que esse grupo específico de jovens se posiciona frente às recentes políticas públicas – Reuni, ProUni e política de cotas em universidades públicas – que interferem diretamente nos mecanismos de acesso às universidades, sejam elas públicas ou privadas. Além disso, é relevante pensar as articulações que se estabelecem no interior destes cursos, bem como os papéis que eles desempenham na contribuição para o próprio posicionamento dos alunos.

As indagações que motivaram a realização desta pesquisa encontram respaldo em algumas observações encontradas na dissertação de mestrado “Jovens de Pré-Vestibulares Comunitários na Puc-Rio: Experiências e Táticas no Convívio com a Alteridade”. Barcellos (2007), ao realizar uma investigação sobre os modos de circulação dos jovens bolsistas no espaço acadêmico, destacando as “táticas” – coletivas ou individuais – desenvolvidas para o enfrentamento de obstáculos no cotidiano deste ambiente, privilegiou os estudantes oriundos de cursos pré-vestibulares comunitários. Essa escolha se pautou no entendimento de que a passagem por alguns desses projetos, com origens em movimentos sociais e propostas pedagógicas politicamente implicadas, promoveriam mudanças no modo de seus alunos compreenderem o campo social, desenvolvendo um posicionamento diferenciado dentro da universidade:

“o modo de atuação de alguns dos cursos pré-vestibulares comunitários, definitivamente, seria o elo propulsor de maneiras singulares de ação e experimentação de ‘ser estudante/bolsista de Graduação da PUC-Rio’, sendo ainda mais um vetor, o dos mais fundamentais, na rede mais ampla de forças que permeia essa experiência. Isso se torna ainda mais nítido quando funcionários da Pastoral trazem em seus discursos o reconhecimento de que determinadas posturas dos jovens que lá freqüentam estão diretamente atravessadas pelas orientações e filosofias destes movimentos populares.” (Barcellos, 2007, p. 47)

Em seu percurso pelo campo de pesquisa, a autora se deparou com jovens que faziam diferentes usos do espaço universitário, delineando “cartografias” a partir de suas trajetórias e negociações com os demais atores do ambiente acadêmico. Este, muitas vezes, pareceu representar um contexto estrangeiro para os jovens bolsistas, muito distante de suas referências de origem, o que acarretou no desenvolvimento de diversas estratégias para que se mantivessem na universidade. Barcellos relata que alguns jovens desenvolveram verdadeiras redes de apoio, usando o campus universitário como um espaço de militância e afirmando um lugar social através da *fabricação* da identidade de aluno bolsista. Por outro lado, outros pareceram optar pela “invisibilidade”, desenvolvendo uma circulação “silenciosa” dentro do campus. Em alguns casos, isso significava uma estratégia de auto-proteção para se misturar de

modo homogêneo ao corpo de alunos mais amplo, buscando inclusive se afastar dos elementos que pudessem denunciar sua origem social.

A constatação dessas diferentes formas dos ex-alunos de pré-vestibulares comunitários circularem no espaço acadêmico nos permite interrogar qual o papel desempenhado por essas instituições, ou seja, interrogar de que maneira as práticas discursivas que as atravessam e sustentam interferem na produção de subjetividades de seus alunos; o que fortalece as posturas e condutas anteriormente citadas, após o ingresso na universidade. Com isso, a presente pesquisa direciona a sua investigação para um momento anterior ao ingresso no ensino superior, tomando os pré-vestibulares comunitários, na figura de seus alunos, como objeto maior de interesse.

Cabe ressaltar que nossa investigação parte de uma perspectiva epistemológica no campo da psicologia que compreende a subjetividade humana como um efeito de vários agenciamentos coletivos (Miranda, 2000), historicamente localizados. Isso significa pensar o humano fora de uma dimensão transcendental, naturalizada, onde a subjetividade se restringiria ao domínio de uma interioridade essencializada. Assim, partimos do pressuposto que vários vetores – culturais, econômicos, políticos e materiais – concorrem no que diz respeito à formação da subjetividade, que se caracteriza pela processualidade, encontrando-se em permanente transformação.

Metodologia

O posicionamento epistemológico e metodológico que vem embasando a realização desta pesquisa se fundamenta na teoria *ator-rede* (Latour, 1994; Moraes, 2004; Arendt, 2008), que entende a cognição como efeito da relação entre elementos díspares de uma rede de atores humanos e não-humanos. A noção de rede faz alusão a fluxos, movimentos, transmitindo a idéia de uma processualidade ao invés de remeter a uma entidade fixa. Assim, uma rede de atores não pode ser reduzida a um único ator nem a uma rede, pois é composta de séries heterogêneas de elementos animados e inanimados, conectados e agenciados.

Em relação ao nosso recorte específico, isso significa que uma série de elementos heterogêneos se articula nos pré-vestibulares comunitários – corpo docente, alunos, local das aulas, condições da sala de aula, proposta político-pedagógica, material didático, práticas de ensino e o próprio formato do vestibular – concorrendo no sentido de operar práticas e modos de subjetivação em seus alunos. Em 2008, iniciamos uma abordagem em nosso campo de pesquisa com a intenção de nos aproximar da discussão sobre o acesso ao ensino superior no Brasil e, ao mesmo tempo, desenvolver uma ferramenta metodológica para uma posterior entrada nos pré-vestibulares comunitários.

O jornal impresso se mostrou um material interessante para uma primeira aproximação sobre os questionamentos que propúnhamos. Inicialmente nosso objetivo foi mapear os discursos e a produção de sentidos em matérias jornalísticas que abordavam o tema das políticas públicas para o ensino superior, especificamente as que apresentavam em comum o tema da criação de novos mecanismos de acesso às universidades – Reuni, ProUni, Cotas – bem como as notícias que tratavam dos próprios pré-vestibulares em questão. Optamos pelo recorte das reportagens veiculadas na mídia impressa, mais especificamente nos jornais *O Globo*, durante o período de 14 de Março ao final de Junho de 2008; e nos jornais *Extra* e *O Dia*, durante os meses de Maio e Junho deste mesmo ano.

Essa escolha pelo jornal serviu para problematizar o papel-político social que o mesmo desempenha na condição de um *actante*, capaz de provocar efeitos no mundo ao se ocupar de descrevê-lo. Moraes (2004) define que um ator ou *actante*, no sentido proposto por Bruno Latour, representa qualquer pessoa, instituição ou coisa que tenha agência, isto é, produza efeitos no mundo e sobre ele. A autora enfatiza que esse conceito se afasta do entendimento

tradicional, que compreende o homem como ator central, no interior de uma perspectiva cartesiana que separa sujeito e objeto como elementos essencialmente diferenciados. O que se coloca com o pensamento de Latour é que um *actante* se caracteriza pela dimensão híbrida de sua composição. Ele é uma dupla articulação entre humanos e não-humanos e sua construção se faz em rede, sempre em caráter provisório ou performativo.

O conceito “enacting” (Law & Urry, 2003) também serviu como uma importante ferramenta para sustentar o uso dos jornais na metodologia de pesquisa, pois permitiu entender que o jornal “faz existir” realidades ao se pronunciar sobre o mundo. As notícias, bem como a variedade de elementos semióticos que o jornal comporta, articulando materialidades e sociabilidades, presentifica uma certa realidade para o seu público leitor, mesmo que em caráter provisório ou fugaz.

Em suma, essa abordagem entende que os discursos veiculados nas chamadas e matérias compõem o jornal enquanto um objeto híbrido, colocando uma série de elementos heterogêneos em rede – jornalistas, intelectuais, professores, gráficos, imagens e textos - que produzem sentidos para o seu público leitor. Sentidos estes que sustentam práticas cotidianas, convertidos em maneiras de se posicionar no mundo frente as mais variadas questões, inclusive em relação ao Reuni, ao ProUni ou à política de cotas.

Nesta investigação, o olhar sobre a cobertura jornalística destas medidas deflagrou um campo de disputas políticas importante, apontando a direção que a *fabricação dos fatos* no contexto jornalístico adotou durante este período¹. Entre outras coisas, observamos a presença majoritária da política de cotas como pauta nas páginas do jornal. Aproximadamente 70% do material levantado no jornal *O Globo* fazia menção direta ou indireta a questão das cotas, marcando a relevância que este tema ocupa no imaginário brasileiro, mais especificamente em relação às cotas raciais para candidatos auto-declarados negros. Os argumentos da meritocracia e do risco de se fortalecer o racismo ao tratar de forma desigual os cidadãos brasileiros, articulados em uma multimodalidade de recursos semióticos, serviram de base para a atuação desempenhada pelo *Globo* na direção de “fazer existir” ou presentificar uma dada realidade contrária a política de cotas.

A pesquisa possibilitou colocar em evidência as negociações e disputas políticas referente ao tema nas próprias páginas do jornal, onde os discursos pró-cotas claramente ocuparam lugares “marginais” frente o posicionamento central contrário a essa medida. Partimos do pressuposto que esta atuação do jornal *O Globo*, produção discursiva direcionada a uma classe social que ocupa posições de poder estratégicas dentro da sociedade brasileira, reflete a resistência a um projeto que propõe transformações drásticas no cenário acadêmico. O convívio com a alteridade, proporcionado por estes mecanismos de acesso ao ensino superior, e a ameaça em relação ao lugar historicamente privilegiado que essa classe social específica vem ocupando dentro das universidades, nos servem como indícios para entender a atuação do jornal.

Outro elemento importante, que inclusive impulsionou a pesquisa para uma entrada maior no campo dos pré-vestibulares comunitários, foi a constatação de uma lacuna discursiva importante para a composição do “quase-objeto” cota, seja ela racial ou sócio-econômica. A rede de atores convocados a tratar destas políticas na materialidade do jornal, não ofereceu espaço para a voz dos alunos bolsista/cotistas, nem da “população-alvo” destas medidas, que representam atores humanos muito relevantes na compreensão e negociação social destas

¹ Esse trabalho foi apresentado no XVI Seminário de Iniciação Científica da PUC-Rio, sob o título “Políticas públicas para o ensino superior e suas representações midiáticas: analisando a produção de sentidos e o papel político-social dos jornais”, e consta nos anais do evento na sessão dos relatórios anuais. Uma versão modificada e ampliada deste texto foi transformada em artigo e conquistou o primeiro lugar, categoria Estudante, do II Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira, 2009 - "Experiências em Psicologia e Políticas Públicas", promovido pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

questões. Não é possível entender esse silêncio como uma casualidade, deixando implícito que estes jovens nada teriam a dizer sobre o assunto e ficando ainda mais evidente o compromisso da direção adotada pelo jornal.

No momento atual da pesquisa, nossa entrada nos pré-vestibulares comunitários procura problematizar o ingresso no ensino superior no Brasil, bem como os seus novos mecanismos de acesso, facilitando um espaço para os alunos destes cursos se expressarem sobre o tema. Selecionamos parte das notícias para realizar oficinas de leitura com jovens de pré-vestibulares comunitários², circunscrevendo a política de cotas como um representante da discussão mais ampla sobre as políticas públicas destinadas ao ensino superior. As notícias serviram como disparadoras da discussão, permitindo um acesso ao que esses atores humanos – grupo ao qual às próprias medidas estão direcionadas – têm a dizer sobre um assunto que vem ocupando lugar de destaque na agenda política de nosso país. Apesar da atuação do jornal, que não oferece representação significativa a essa parcela de jovens, é evidente a relevância dos mesmos neste processo e cabe questionar de que maneira estão eles inseridos nessa rede mais ampla, ou seja, de que maneira esse alunos contribuem para as negociações ao redor das políticas públicas direcionadas ao acesso ao ensino superior.

As oficinas realizadas foram gravadas em vídeo e o uso que atribuímos à câmera propõe um entendimento para além do registro das falas. A compreensão deste aparato técnico pela perspectiva da rede de atores permite problematizar a sua presença na oficina. A câmera deixa de ser um instrumento que captura a realidade para ser percebida como um ator significativo; como um objeto sócio-técnico que interage em uma determinada rede, estabelecendo condições de possibilidade para o próprio surgimento das falas.

Pré-vestibulares comunitários: aproximações em relação ao campo de pesquisa

Antes de iniciarmos uma discussão sobre as contribuições das oficinas, que inclusive nos trouxeram questionamentos para repensar as relações entre a abordagem metodológica e o referencial teórico, cabe contextualizar parte da história dos pré-vestibulares comunitários no Rio de Janeiro. Nascimento (2002) apresenta um panorama do surgimento desse movimento, que, apesar de algumas experiências pontuais anteriores, emergiu com maior força na década de 90 como um importante vetor de tensionamento do sistema educacional brasileiro. O autor considera o surgimento destes pré-vestibulares como um movimento mais amplo de resistência de setores marginalizados da sociedade pela garantia de seus direitos constitucionais e pela democratização das relações sociais no Brasil. Além disso, em um período em que o modelo neoliberal ganhou terreno no país, enfraquecendo a dimensão provedora do estado, parte da sociedade civil economicamente favorecida também se organizou em projetos pautados pela participação e pela solidariedade, em um processo que Santos (2005) define como “um voluntarismo acrítico em relação à ordem social e aos processos de reprodução de injustiças e desigualdades” (Santos, 2005, p.189). O acesso a educação formal seria um dos pilares dessa mobilização e o surgimento dos pré-vestibulares populares representaria parte de uma luta já antiga pela diminuição das desigualdades sociais:

“Ao longo da nossa história, sobretudo a partir do século XX, vários movimentos sociais se organizaram para lutar pelo direito à escolarização. Esse é o caso dos cursos pré-vestibulares organizados para preparar estudantes oriundos de classes populares e grupos sociais marginalizados para os vestibulares.” (Nascimento, 2002, p.1)

² Até o momento foram realizadas duas oficinas no Invest, pré-vestibular comunitário que funciona em Botafogo, nas dependências do Colégio Santo Inácio.

Apesar de surgirem no bojo de movimentos sociais bastante diversificados, implicados com a denúncia e a intervenção em uma série de dimensões excludentes da sociedade brasileira, Santos (2005) localiza um elemento fundamental na constituição de boa parte dos cursos, que entende a questão da desigualdade social fortemente ligada a uma desigualdade racial.

“*Aparentemente* concebidos/percebidos como uma crítica à elitização da universidade, eles foram difundidos por todo o país pela atuação de entidades e militantes do movimento Negro, que naquela década trouxeram à tona o debate sobre as desigualdades raciais na sociedade brasileira, tendo então a Educação como esfera central de expressão e reprodução.” (Santos, 2005, p.188)

É interessante notar como o surgimento dos pré-vestibulares comunitários se relaciona diretamente com uma atuação do Movimento Negro, que inclusive representa um dos atores mais significativos na criação e manutenção das cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, tema de maior repercussão encontrado no trabalho com os jornais. Entretanto, o autor comenta que este não é o único vetor que embasou a criação destes cursos, sendo eles fruto de movimentos sociais marcados por uma pluralidade de perspectivas e configurações. Talvez seja possível afirmar que o que faz deles um movimento unificado é o fato de sua existência representar um sintoma da decadência e da falta de investimentos na esfera pública da educação básica. Esse panorama fez com que a sociedade civil desenvolvesse estratégias criativas para enfrentar essas adversidades, dando uma amplitude à ação política para além dos mecanismos formais, que tem no Estado sua figura central. Entretanto, isso não significa entender o surgimento destes cursos pela ótica das políticas públicas, o que seria um contrasenso em relação ao papel do Estado, mas sim como um movimento micropolítico que ao mesmo tempo em que ocupa uma lacuna deixada pela administração pública, impulsiona uma atuação política sobre os órgãos de gerência para que se ocupem de suas funções no campo da educação.

Outro elemento comum a maioria dos cursos pré-vestibulares populares diz respeito a uma preocupação com a formação dos alunos que ultrapassa a preparação para o vestibular. Nascimento (2002) faz referência a uma dimensão transformadora destes cursos, que enfatiza a construção de um pensamento crítico e a formação política atrelada à preparação para os exames. Isso significa uma atuação que não se restringe a facilitar a entrada de indivíduos das camadas populares no ensino superior por meio de uma capacitação técnica, o que representaria modificações na vida particular de cada um deles, mas não propriamente uma transformação social. O que se coloca com essa direção mais ampla é a dimensão do empoderamento³ na formação dos alunos, que fortalece o surgimento de novos agentes para somar esforços em lutas coletivas, colocando em questão o modelo de sociedade em que vivemos. O trabalho com os alunos dentro desta perspectiva visa desenvolver instrumentos para discutir os processos de exclusão e exploração aos quais estão submetidos, politizando as práticas pedagógicas:

“Trata-se de preocupações políticas, que se explicitam nos discursos dos seus participantes, nas propostas e nas práticas dos cursos, que vão desde atividades desenvolvidas em sala de aula visando a construção de uma nova consciência em seus educandos (consciência racial, de gênero, de classe, dos problemas sociais, etc.), passando por seminários, fóruns de discussões, assembleias, negociação de isenções e

³ Empoderamento é um neologismo da palavra inglesa “empowerment”. Segundo Candau (2005), esse conceito representa processos de fortalecimento que colocam grupos e indivíduos em contato com sua própria potencialidade de ação sobre o mundo.

bolsas com universidades, ações judiciais, formulação de propostas para facilitar o acesso e a permanência de estudantes das classes populares no ensino superior e democratizar a educação e o acesso ao conhecimento.” (Nascimento, 2002, p.1)

Essas duas dimensões que atravessam os processos pedagógicos de grande parte dos cursos – treinamento para o vestibular e formação política – muitas vezes geram fortes contradições, com repercussões no fazer cotidiano das instituições. O próprio vestibular, enquanto mecanismo de acesso meritocrático ao ensino superior, fortalece os processos de exclusão e faz parte dos mecanismos de segregação social combatidos pelo movimento que sustenta o surgimento dos pré-vestibulares comunitários. Este exame, principalmente o que é direcionado ao ingresso nas universidades públicas, é um ponto de tensionamento social significativo. Seu funcionamento seleciona aqueles que terão acesso aos conhecimentos valorizados na sociedade moderna, bem como o acesso aos instrumentos de produção de saber/poder, aumentando sua capacidade de intervenção no campo social. Desta forma, jovens de condições sócio-econômicas e percursos educacionais muito dispares são submetidos a uma disputa por vagas na universidade, por meio de um exame que avalia o acúmulo de conhecimentos. Assim, o vestibular acaba servindo como barreira ao acesso dos estudantes pobres ao ensino superior e fortalece os mecanismos de exclusão, reproduzindo o caráter desigual da sociedade brasileira.

A direção de aprovar jovens oriundos de classes populares no vestibular, muitas vezes afasta o trabalho de alguns cursos de uma perspectiva pedagógica emancipatória, pelas próprias características do exame. A defasagem de conteúdos que os jovens de classes populares apresentam em relação aos jovens das classes mais favorecidas economicamente impulsiona a prática pedagógica na direção de um treinamento mais intenso para o vestibular, atribuindo um lugar secundário, e às vezes até prejudicial, a dimensão política deste processo.

Santos (2005) considera que a difusão dos pré-vestibulares populares nas duas últimas décadas, acarretou em iniciativas que não partilham das mesmas motivações e pressupostos de atuação, inclusive agregando indivíduos com diferentes visões de mundo em um mesmo curso. Segundo o autor, isso reúne os voluntários em torno de *pactos ideológicos frouxos*, o que apesar de permitir a expansão do movimento com a criação de novos cursos, muitas vezes retira o caráter político desta atuação, que deixa de funcionar como um contraponto a lógica neoliberal.

Em uma maneira um pouco simplificada, podemos dizer que existem pré-vestibulares comunitários mais comprometidos com o ingresso de seus alunos na universidade, mesmo que alguns atravessamentos críticos ao modelo de exame e a sociedade contemporânea estejam presentes. São chamados pré-vestibulares independentes e uma parte considerável deles tem origem em uma perspectiva filantrópica, organizado por iniciativas de indivíduos das classes favorecidas economicamente. Por outro lado, existem outros que funcionam em rede, compostos por vários núcleos que carregam elementos em comum como norte de atuação. Em geral, estes cursos são oriundos de movimentos sociais no interior das classes populares e têm objetivos que superam a ação mais concreta de capacitar academicamente os jovens das classes populares para a aprovação no Exame Vestibular. Obviamente que essa separação se apresenta de uma maneira um pouco esquemática, não representando de modo fiel a composição destes cursos, que se configuram num terreno bastante diversificado e plural (Barcellos, 2007).

Deste modo, a presente pesquisa tem por interesse investigar a multiplicidade que compõe o campo do movimento dos pré-vestibulares comunitários, inclusive no que diz respeito as suas contradições internas. Nossa abordagem pretende se aproximar de alguns cursos fundados na década de 90, que vem desenvolvendo uma atuação relevante no estado do Rio de Janeiro, com o intuito de mapear os diferentes dispositivos e práticas que conferem um caráter transformador a suas ações. Torna-se relevante problematizar o pré-vestibular popular

como uma instituição plural que promove transformações no campo social, bem como o seu caráter multiplicador que tem agência sobre a subjetividade dos atores humanos envolvidos, com destaque para os alunos, fortalecendo alguns dos posicionamentos encontrados na pesquisa desenvolvida por Barcellos (2007):

“O curso pré-vestibular comunitário, bastante citado, é, sem “sombra de dúvidas”, peça fundamental, tanto no processo antecedente ao ingresso no espaço acadêmico, como durante o processo de formação dos jovens no curso superior. Ficou bastante nítido, na pesquisa, o quanto estes movimentos sociais – alguns deles –, além de se preocuparem com a aprovação de estudantes de baixa renda nos vestibulares, possuem convicções políticas que superam este primeiro objetivo. O fato de se tratarem de movimentos políticos de cunho popular, faz com que haja uma mobilização coletiva. Todos (alunos, professores, que são ex-alunos, em maioria, e colaboradores) participam de alguma maneira, motivados pelo desejo de uma transformação social, subsidiada pelo viés educativo.” (Barcellos, 2007, p. 158)

Circunscrevendo os cursos pesquisados

Inicialmente, esta pesquisa pretende se utilizar das oficinas de leitura de jornais para investigar os seguintes pré-vestibulares comunitários: PVNC, CEASM e Invest. Cada um destes cursos se organiza de forma muito singular e nossa escolha por eles tem o objetivo de se aproximar da diversidade presente no campo dos PVCs⁴

O PVNC – Pré-Vestibular para Negros e Carentes – surgiu na Baixada Fluminense no ano de 1993, criado por professores do ensino médio e militantes do movimento negro, “cuja atuação transitava entre e articulava a discussão racial nos campos religioso, partidário e da educação.” (Santos, 2005, p.188). Segundo Nascimento (2002), a igreja católica influenciou diretamente a criação deste curso, mobilizada pelas discussões sobre a educação e o negro realizadas em 1989 e 1992 na Pastoral do Negro de São Paulo. Desde sua fundação, o PVNC tem como tema central o debate sobre a questão da discriminação racial no Brasil, problematizando com seus alunos a herança de um passado escravocrata relativamente recente, com os atuais mecanismos de exclusão social e produção da pobreza. Sua atuação política foi impulsionada pela precariedade do ensino médio na baixada fluminense e a consequente baixa quantidade de estudantes das classes populares – negros em particular – nas universidades, fazendo parte do processo que culminou na criação das cotas raciais em universidades públicas como política de ação afirmativa.

Após seu segundo ano de fundação, novos atores humanos (ex-alunos, militantes do movimento negro, educadores e outros) se aproximaram desta iniciativa, organizando novos núcleos e transformando o PVNC num movimento de cursos pré-vestibulares comunitários organizados em rede, que influenciou também a criação dos chamados cursos independentes. Segundo dados encontrados no site do movimento⁵, atualmente o PVNC conta com 21 núcleos em diferentes municípios do Rio, funcionando em espaços cedidos por igrejas, associação de moradores e escolas públicas. Eles estão articulados por um Conselho Geral e representam uma das experiências mais expressivas no campo dos PVCs. Nascimento (2002) coloca que o PVNC:

“Foi o primeiro a organizar-se como uma rede, a buscar parcerias, a negociar isenções de taxas de inscrição e bolsas de estudos com universidades públicas e privadas, a

⁴ Sigla utilizada pelos autores para se referir a pré-vestibulares comunitários.

⁵ <http://www.pvnc.org/>

mover ações judiciais contra universidades para garantir o direito de fazer a prova do vestibular para os estudantes mais pobres, a utilizar a mídia para divulgar amplamente o seu projeto, a divulgar sua experiência em eventos políticos e acadêmicos, a aparecer em documentos governamentais. Foi a partir do PVNC que surgiu a maioria dos cursos pré-vestibulares populares hoje existentes.” (Nascimento, 2002, p.5)

Santos (2005) relata que o crescimento experimentado pelo PVNC enquanto movimento social, fez com que indivíduos com diferentes interesses e perspectivas políticas ingressassem no projeto, realizando um processo que ele denomina de *recomposição de identidades coletivas*. O autor evoca uma tríade de elementos – autogestão dos núcleos, ausência de compromissos financeiros significativos e o voluntarismo – que juntos contribuem para um afrouxamento das discussões e do posicionamento que originou o PVNC em alguns dos núcleos. Apesar de isso significar que em alguns casos a dimensão crítica da atuação do PVNC se enfraquece, Santos reconhece uma possibilidade interessante nessa negociação interna dos núcleos, e dos núcleos com a direção do movimento, no sentido de promover um espaço de mediação e formação política entre os personagens envolvidos nessas instituições.

Um dos dispositivos do PVNC que nos interessa particularmente, por representar um espaço onde às discussões políticas se fazem com maior frequência, é a disciplina Cultura e Cidadania. Além das disciplinas tradicionais exigidas nos exames do vestibular (Matemática, Português, Biologia, História e outras), o PVNC apresenta em sua grade curricular uma disciplina para que questões sociais sejam discutidas, possibilitando um espaço de pensamento crítico e formação cidadã:

“Cultura e Cidadania não é uma disciplina curricular no sentido tradicional. Criação do PVNC em 1994 para potencializar as ações políticas e culturais dos integrantes do movimento, *Cultura e Cidadania* é um momento de reflexão e debate sobre raça, racismo, discriminação, desigualdades, sociedade, cultura, política, economia, educação, movimentos sociais e questões da atualidade. Por isso, *Cultura e Cidadania* não deve ser matéria de um único educador; ao contrário, é um espaço que deve ser aberto para educadores do movimento e convidados.”⁶

É relevante pensar os agenciamentos de subjetivação que este espaço permite por meio das negociações coletivas que ali se estabelecem. Entretanto, Santos (2005) aponta para o risco de esta disciplina concentrar o tensionamento proposto pelas discussões políticas, esvaziando esta dimensão das demais matérias. Segundo o autor, o grupo responsável pela fundação do PVNC almejava que todas as disciplinas do curso tivessem a crítica social como um atravessamento primordial. Assim, a construção de uma prática pedagógica popular seria possível na medida em que se pudessem estabelecer relações entre os conteúdos trabalhados em sala de aula e os saberes dos próprios alunos, que definem seu lugar no mundo e as formas de enxergá-lo.

Ao realizar uma pesquisa de campo em dois núcleos do PVNC⁷, interessada nas práticas de uma instituição de ensino que se pauta por uma perspectiva multicultural, Candau (2005) observou que apesar das discussões sobre o racismo e de uma atuação no sentido do empoderamento dos alunos, os núcleos pouco trabalharam com a dimensão processual do conhecimento, adotando um modelo tradicional de ensino onde os alunos pouco participavam na construção dos saberes. A autora comenta que projetos com uma visão político-social progressista, por vezes acabam colocando em prática um modelo de pedagogia tradicional,

⁶ <http://pvnc.sites.uol.com.br/culturacidania.htm>

⁷ Núcleos de São João de Meriti e da Tijuca.

onde o conhecimento é entendido como algo cristalizado que deve ser transmitido ao aluno dentro de uma perspectiva bancária⁸, ou seja, por um processo em que o aluno se encontra em uma posição passiva, responsável apenas por reproduzir os enunciados do educador.

No atual momento da pesquisa, estamos nos aproximando de alguns núcleos do PVNC na intenção de viabilizar a realização de pelo menos uma oficina de leitura com os alunos desta rede de pré-vestibulares comunitários. O fato de ser um dos primeiros cursos deste tipo no estado do Rio, bem como os seus atravessamentos ideológicos e o modelo de organização, nos fazem pensar que uma investigação neste pré-vestibular popular é indispensável para se pensar as atuações deste movimento no campo social.

O CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – por sua vez, tem como um dos elementos principais na construção de seu projeto o fortalecimento da identidade de morador da Maré, atribuindo uma importância primordial as noções de territorialidade e pertencimento. Fundado no ano de 1997 por moradores das comunidades da Maré que atingiram o ensino superior, o CEASM iniciou seu curso pré-vestibular em 1998. Segundo Jailson de Souza Santos (2005), um dos fundadores do curso, além de atuarem no sentido de possibilitar o acesso ao ensino superior aos jovens da própria comunidade, o projeto surgiu com a intenção de articular meios para evitar o desenraizamento dos moradores que atingem o nível superior com suas comunidades de origem. O projeto trabalha no sentido de desconstruir o estigma de espaço favelado, estimulando a criação de vínculos com o território que garanta uma identidade de morador da Maré e fortaleça ações políticas no convívio coletivo.

Jailson apresenta o conceito de redes sociopedagógicas para entender a atuação do CEASM, que funciona como um ponto de referência para que os moradores tenham acesso aos bens culturais e a experiências de convívio com a alteridade, até então pouco acessíveis a maioria. Segundo o autor, a vida em uma metrópole como o Rio de Janeiro no contexto contemporâneo, em especial para os setores populares da sociedade, manifesta um estreitamento de uma vivência cidadã pela presentificação e particularização da existência.

A presentificação restringe o sujeito a uma vivência atrelada a um eterno presente, que dificulta a articulação de ações a projetos com desmembramentos em um tempo posterior. Isso, muitas vezes, afasta iniciativas que demandam um investimento educacional de longo prazo, como por exemplo, ingressar em uma universidade. Diretamente relacionada a esse processo de empobrecimento da experiência coletiva e da qualidade de vida, localiza-se a particularização espacial. Esta restringe o campo do sujeito a um território relativamente estreito, com pouca diversidade cultural e quase nenhuma flexibilização das regras de convivência, o que faz como que a inserção na cidade seja insuficiente para o exercício de uma cidadania plena.

Concomitante a esses dois processos, reduz-se o convívio com a alteridade que acaba por fortalecer estereótipos e preconceitos, que por sua vez impulsiona um esvaziamento da circulação e atuação nos espaços públicos. Esse processo contribui para a manutenção das desigualdades, deixando aos jovens oriundos das classes populares poucas “ferramentas” para se mover no campo social.

É na direção contrária que a atuação do CEASM pretende incidir, possibilitando a ampliação do espaço e do tempo através da criação de redes sociopedagógicas. É relevante para a pesquisa interrogar os efeitos que essas ações presentes no curso possibilitam em seus alunos, através do acesso a novas linguagens e contextos, que permitem inclusive que novas formas de vida e de organização societária sejam vislumbradas.

O CEASM apresenta diferenças significativas em relação ao PVNC, apesar de ambos terem a intenção de compor uma iniciativa pedagógica popular. Além de ser autônomo, enfatiza a construção de uma identidade territorial, não atribuindo o mesmo lugar central que a questão racial tem para o PVNC. Outro elemento importante é que o CEASM recebe

⁸ Esse termo faz referência ao conceito de *pedagogia bancária* de Paulo Freire.

financiamentos públicos e privados para o seu funcionamento, o que possibilita recursos de outra ordem na realização do trabalho e na organização da equipe.

Atualmente, aproximações com voluntários deste projeto também estão em curso, no sentido de conseguir agendar a realização de uma oficina até o meio do segundo semestre deste ano. Até o momento, as duas oficinas realizadas ocorreram no Invest, curso no qual estou inserido com voluntário da equipe de Psicologia desde 2008.

O Invest funciona nas dependências do colégio Santo Inácio desde 1998, apresentando um histórico bastante diferente dos outros dois cursos selecionados. Este pré-vestibular comunitário foi fundado por um grupo de jovens de classe média, ex-alunos do Santo Inácio, que resolveram dar continuidade as atividades em projetos sociais que vinham desenvolvendo no ensino médio, com a intenção de ajudar pessoas das classes populares a ingressar no ensino superior. De início já percebemos diferenças significativas na construção deste curso, sendo o único dentre os selecionados que se localiza em um bairro nobre da zona sul do município do Rio, dentro de um dos colégios mais reconhecidos da cidade, e construído por indivíduos que não fazem parte das camadas populares da sociedade brasileira.

O Invest iniciou suas atividades oferecendo aos alunos egressos do curso noturno do Santo Inácio⁹ uma possibilidade de continuarem estudando e se preparar para o vestibular. Neste período inicial, a maioria dos alunos era oriunda de comunidades próximas ao colégio, como a favela Santa Marta. Atualmente, o curso atende uma média de 120 alunos por ano, moradores de diferentes regiões da cidade e de condições sociais heterogêneas, divididos nas turmas A, B e C.

O curso mantém uma grade de disciplinas tradicional e tem por objetivo ser realizado em dois anos. No primeiro ano são enfatizados os conteúdos de português e matemática nas Turmas B e C, disciplinas em que boa parte dos alunos apresenta dificuldades por serem egressos de escolas públicas, onde o ensino é muitas vezes precário ou não toma os conteúdos do vestibular como referência. O curso se divide deste modo com a intenção de fortalecer esses saberes necessários para as demais disciplinas, fazendo com que no segundo ano, os alunos passem pra turma A, tendo contato com a totalidade de matérias que o vestibular exige.

Alguns de seus ex-alunos que ingressaram nas universidades estão hoje atuando como professores voluntários ou monitores de algumas disciplinas, outros se engajaram na fundação de pré-vestibulares comunitários em sua comunidade de origem, mas a maioria dos voluntários do Invest continua sendo pessoas de classe média, muitos deles ex-alunos do Santo Inácio.

A organização do curso não confere muito espaço para a realização de atividades que não se enquadrem no modelo tradicional de aula, apesar de acontecerem atividades pontuais para discussões de temas cotidianos ou programas culturais. É evidente a tensão que se opera no curso que, por um lado é atravessado pelo Paradigma Pedagógico Inaciano, comprometido com uma educação para a cidadania, e por outro impulsiona suas práticas no sentido de contornar a defasagem dos alunos em relação aos conteúdos exigidos no vestibular.

Uma experiência que tive no ano passado durante uma atividade organizada pela equipe de Psicologia me trouxe alguns questionamentos sobre o curso, tornando evidentes as contradições discursivas que dificultam uma mesma ação no sentido do treinamento para o vestibular e construção de um espaço de reflexão crítica.

A feira das profissões, iniciativa da equipe de voluntários de Psicologia, ocorre anualmente¹⁰ e tem como proposta possibilitar um encontro pontual para o diálogo entre os

⁹ Curso de ensino médio de educação de jovens e adultos.

¹⁰ A feira de 2008 ocorreu no dia 4 de junho.

pré-vestibulandos do curso e os profissionais/graduandos das áreas de maior interesse¹¹. Assim, representa uma possibilidade dos alunos esclarecerem suas questões a respeito do que poderão encontrar na universidade ou no mercado de trabalho, sob a ótica dos que já estão inseridos nesses contextos. Deste modo, compõe mais um subsídio para efetuar essa importante escolha, na qual a decisão por um determinado curso superior, num certo sentido, implica abrir mão de todos os outros cursos oferecidos.

Além disso, a feira também serve como um espaço motivacional, através de depoimentos de ex-alunos aprovados, dinâmicas e outras atividades, com a intenção de estimular o investimento dos alunos nos estudos, sustentar a possibilidade real de alcançarem a aprovação e reduzir a evasão, um dos maiores problemas do curso, que, sistematicamente, termina cada ano letivo com um número bem menor de alunos do que o total de matriculados.

No ano passado, optou-se por não avisar os alunos sobre a realização da feira, que chegaram ao Invest acreditando ser apenas mais um dia de aula. Essa escolha se justificou pelas experiências anteriores com pouca participação dos alunos em atividade que não sejam as próprias aulas ou que não se vinculem diretamente à capacitação para o vestibular enquanto prova. Esta informação por si só, já demarca um atravessamento significativo na direção do que Santos (2005) denomina de *voluntarismo acrítico*, pois ocorre uma adequação aos postulados do paradigma do vestibular, que pouco possibilita uma dialetização no sentido de oferecer um olhar crítico.

A feira foi organizada em três tempos: apresentação teatral, falas de ex-alunos aprovados e as mesas divididas por profissões, porém, entre nós, denominávamos de “feira” propriamente essa última etapa.

Chegando ao curso, os alunos foram encaminhados ao “estudão”, uma ampla sala no interior do colégio, organizado de modo que as carteiras formavam um grande círculo, no qual estava deitado o ator, ex-aluno do curso, com a apresentação teatral organizada para começar. A única iluminação da sala era feita por velas ao redor de seu corpo, como se estivesse sendo velado, compondo os elementos de um pesadelo, ponto de partida para a apresentação. Construída com base nos textos de uma antiga dinâmica que os alunos fizeram sobre suas maiores dificuldades, relacionadas a temas que os reportavam ao curso, a peça contava a história sobre as relações de um jovem com o vestibular. Muito desacreditado após inúmeras tentativas e “morto” subjetivamente, o jovem tem um encontro com sua consciência, que o alimenta a tentar o vestibular mais uma vez.

Na seqüência, os ex-alunos do curso falaram sobre suas trajetórias individuais, suas relações com o curso, seus desafios e percalços ao longo do trajeto que percorreram até a entrada na universidade. Tanto a apresentação teatral, quanto os depoimentos dos ex-alunos, tinham como tônica o discurso do vencedor, palavra usada diversas vezes durante a feira inclusive. A relação com o vestibular se apresentava sempre no plano individual, nas táticas de cada um para “driblar os desafios”, na otimização e aproveitamento do tempo para o estudo, na dedicação e nas restrições vivenciadas para alcançar os objetivos.

Acredito que a entrada de alguns jovens da classe popular na universidade represente verdadeiras vitórias, visto a quantidade de elementos que fazem força contrária a este processo. Entretanto, parecia estranho encarar uma questão conjuntural somente pelo prisma da individualidade, não problematizando o modelo de seleção e o colocando como responsabilidade exclusiva do indivíduo, seja no caso de uma possível aprovação ou no fracasso em relação ao mesmo. O excludente sistema de ingresso nas universidades não foi posto em pauta e apareceu somente como uma barreira a ser atravessada por cada um, dentro de suas possibilidades particulares. Deste modo, foi possível perceber parte dos discursos que atravessam o fazer no Invest, também encontrados nas notícias de jornal que tratam do

¹¹ Os profissionais e graduandos foram convidados de acordo com o interesse dos próprios alunos sobre os cursos superiores.

vestibular na perspectiva meritocrática, opondo-se aos mecanismos de ingresso que subvertem esta lógica, tal como a política de cotas.

Esses questionamentos sobre a oficina de profissões serviram para que pudéssemos discutir esse assunto dentro da equipe de Psicologia, na tentativa de elaborar atividades que oferecessem um contraponto nas relações estabelecidas com o vestibular, problematizando o ingresso na universidade. A realização das oficinas de leitura, neste sentido, nos serviu tanto como uma abordagem para a pesquisa em questão, quanto como uma atividade da equipe de Psicologia em que os mecanismos de acesso ao ensino superior pudessem ser questionados.

Oficinas: repensando questões metodológicas

No mês de Março deste ano, realizamos oficinas com duas turmas do curso Invest (B e C). A primeira delas (C) contou com a participação de 29 alunos e a segunda com 25 (B). Ambas ocorreram em um auditório do Colégio Santo Inácio e os participantes se dispuseram em círculo. Foi explicado rapidamente que a atividade se dividiria em duas etapas, tendo por objetivo ouvir o que eles tinham a dizer a respeito do projeto de ingressar em uma universidade e da experiência de frequentar um pré-vestibular comunitário.

No primeiro momento foram feitas três perguntas abertas a todos para a introdução do tema, deixando a palavra circular entre os participantes:

- O acesso ao ensino superior no Brasil é um direito de todos?
- Que programas ou políticas públicas vocês conhecem a respeito desse tema?
- O que vocês têm lido ou escutado sobre o assunto atualmente?

Após uma discussão geral em relação ao posicionamento frente às perguntas, na qual algumas políticas foram citadas e comentadas (cotas raciais, cotas para estudantes oriundos da rede pública, ProUni), os alunos se dividiram seis em grupos, dando início ao trabalho com a leitura dos jornais. Foram distribuídas cópias de três notícias/páginas do jornal o globo, uma para cada grupo, o que possibilitou que dois grupos diferentes fizessem a leitura do mesmo material. As notícias foram escolhidas pela sua relevância na análise realizada no trabalho anterior e tratavam da política de cotas adotada em algumas universidades públicas e do projeto de lei que visa expandir essa medida para todas as universidades federais.

- 01/05/08 – Página 9 – “Grupo entrega ao STF manifesto contra as cotas” / “Os 113 anti-racistas contra as leis raciais”.
- 14/05/08 – Página 13 – “Supremo recebe manifesto a favor das cotas” / “Na UERJ, mais vagas que interessados” / “Ipea: trabalhador negro ganha 53% menos que o branco”.
- 25/05/08 - “Ora direis!” (Panorama Econômico – Coluna da Miriam Leitão)

As notícias foram lidas em conjunto nos grupos e discutidas entre eles, servindo como subsídio para dar segmento ao debate. Foi lembrado que o importante era que se colocassem a respeito do tema e dos argumentos expostos nos textos jornalísticos, sem a necessidade de chegarem a um consenso.

A atividade possibilitou o surgimento de discussões bastante interessantes, onde o tema das cotas raciais ganhou maior destaque nas negociações discursivas. Uma análise da oficina está em curso atualmente, com a intenção de mapear os discursos ali presentes e refletir sobre as condições e elementos díspares que permitem seu surgimento.

O contato com as imagens capturadas pela câmera possibilitou o questionamento de algumas escolhas na realização das oficinas, bem como uma revisão metodológica. O número elevado de participantes em ambas, permitiu que uma grande parte dos alunos não se colocasse, ficando “apagados” no interior do grupo mais amplo. A escolha pela divisão em grupos menores também facilitou este processo, pois alguns deles “elegeram” um aluno como porta-voz, deixando de se expressar sobre o assunto. Tornou-se evidente com isso a necessidade de diminuir os grupos nas oficinas que virão a acontecer, bem como estabelecer um recorte melhor definido em relação a população que estamos chamando de jovens (idade, ocupação, nível sócio-econômico).

Outro ponto relevante, que nos remete a concepção da técnica na teoria *ator-rede*, foi desencadeado pelo ângulo em que as imagens foram capturadas, nos ajudando a pensar o lugar da câmera ao longo da atividade. As imagens foram feitas por duas câmeras, uma responsável por focar os alunos que estivessem tomando a palavra e a outra transitando pelo grupo de maneira mais aberta, na intenção de registrar o efeito das falas nos demais participantes. O ângulo das imagens permite observar que as câmeras foram posicionadas fora do círculo constituído pelos alunos. Em discussões internas ao GIPS – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Subjetividade – problematizamos o lugar ocupado pela câmera, mostrando como a sua posição refletia uma intenção nossa de registrar o que fosse espontâneo. Dito de outra maneira era como se estivesse implícito que queríamos “suavizar” a presença da câmera, e deste modo, relativizar nossa própria presença enquanto pesquisadores, capturando o material subjetivo nos discursos sem nossa interferência, como se isso fosse possível.

Conclusão

Estes resultados preliminares nos mostram o quanto é difícil articular e sustentar uma concepção teórica, que promove transformações radicais no modo de se debruçar sobre o mundo, com uma metodologia de pesquisa que se faça coerente. Foi possível notar pela maneira de posicionar as câmeras, que nossa abordagem acabava tendo ressonâncias em um modo de fazer pesquisa que atribui um lugar de neutralidade ao pesquisador, perspectiva da qual discordamos teoricamente, baseados nos conceitos de “enacting” e na teoria *ator-rede*.

Entretanto, nossa abordagem de pesquisa entende que a metodologia não é algo cristalizado, capaz de ser replicada independente das perguntas que se faz ao campo ou das possibilidades que o contato com o mesmo oferece. Deste modo, nossas discussões serviram para repensar nossa postura de forma crítica, bem como o uso da câmera no âmbito de outra pesquisa desenvolvida pelo GIPS, na qual a perspectiva da rede de atores no uso da técnica também está presente. O que se evidenciou foi a necessidade de se radicalizar a presença da câmera nas próximas oficinas – que devem ocorrer ao longo do segundo semestre deste ano no PVNC e no CEASM – sendo posicionada no centro do semi-círculo formado pelos alunos dos pré-vestibulares comunitários. Para nós, não se trata de capturar as sutilezas no discurso dos jovens, como se ali estivesse a verdade sobre eles, mas de produzir, no âmbito da pesquisa, condições para que uma modalidade discursiva de nosso interesse se faça presente na fala deles.

A câmera, na posição de um *actante* que afeta e é afetado pelos demais atores envolvidos, tem um lugar de extrema importância nesta pesquisa, principalmente por se tratar de um tema eminentemente político. A presença deste aparato sócio-técnico, capaz de dar consequências mais amplas a uma fala circunscrita no espaço por meio da reprodução das imagens, responsabiliza o falante. A possibilidade de se reproduzir as falas para além do momento presente e em outros espaços estabelece condições de possibilidade que fazem dos discursos ali presentes um ato público.

Desta forma, os alunos de pré-vestibulares comunitários deixam de ocupar um lugar passivo, tornando seu posicionamento visível e fazendo parte das negociações sociais em torno das questões do acesso ao ensino superior, como no caso da política de cotas. É essa a atuação política que se pretende no âmbito desta pesquisa, pois seu método também não é neutro e “faz existir” realidades, possibilitando que o depoimento desses jovens tenha agência sobre a construção de política pública no país.

Bibliografia

ARENDRT, R. Maneiras de pesquisar no cotidiano: contribuição da teoria ator-rede. *Psicologia & Sociedade*, 20, Edição especial: 7-11, 2008.

BARCELLOS, L. F. Jovens de pré-vestibulares comunitários na PUC-Rio : experiências e táticas no convívio com a alteridade / Luciana Ferreira Barcellos ; orientadora: Solange Jobim e Souza. – 2007.

CANDAU, V. M. F. Os desafios pedagógicos na formação docente dos CPVCs. In: CARVALHO, J. C. B.; ALVIM, H.; COSTA, R. **Cursos pré-vestibulares comunitários espaços de mediações pedagógicas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005, v. 1, p. 46-55.

GENESCÁ, P. C.; SILVEIRA, M. R. J.; COUTO, M. L. C. Curso Invest: A Pedagogia Inaciana desmistifica o fantasma do vestibular. In: OSOWSKI, C. I. (Org.). *Educação e mudança social: por uma pedagogia da esperança*. 1. ed. São Paulo: Loyola, 2002. v. 1. P. 97-99.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. 34. Ed. Rio de Janeiro, 1994. 152p.

MIRANDA, L. L. Subjetividade: A (des)Construção de um Conceito. In: Solange Jobim e Souza. (Org.). *Subjetividade em questão: A Infância como Crítica da Cultura*. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, v.1 , p. 29-46.

MORAES, M. O. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11(2), n. mai/ago, p. 321-333, 2004.

MORAES, M. O. *Estudo das Técnicas na perspectiva das redes de atores*. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF, Niterói*, V.9, n. 2 e 3, P. 60-67, 1997.

NASCIMENTO, A. Universidade e Cidadania: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares. *Lugar Comum (UFRJ)*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 45-60, 2002.

SANTOS, R. E. Pré-vestibulares populares: dilemas e desafios pedagógicos. In: CARVALHO, J. C. B.; ALVIM, H.; COSTA, R. **Cursos pré-vestibulares comunitários espaços de mediações pedagógicas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005, v. 1, p. 188-204.

SANTOS, J. S. A dimensão política das redes sociopedagógicas: uma descrição da experiência do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). In: In: CARVALHO, J. C. B.; ALVIM, H.; COSTA, R. **Cursos pré-vestibulares comunitários espaços de mediações pedagógicas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005, v. 1, p. 174-188.